



COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO N° , DE 2023

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Solicita que seja convocado o Excelentíssimo Senhor Carlos Roberto Lupi, Ministro da Previdência Social, para que preste esclarecimentos sobre os indícios de "pedalada fiscal" do presidente Lula ao alterar, de forma artificial, a previsão de gastos com o INSS em 2023 para tentar encobrir um rombo de R\$ 7,7 bilhões.

Senhor **Presidente**,

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que seja convocado o Senhor Carlos Roberto Lupi, Ministro da Previdência Social, para que preste esclarecimentos sobre os indícios de **"pedalada fiscal"** do presidente Lula ao alterar, de forma artificial, a previsão de gastos com o INSS em 2023 para tentar encobrir um rombo de R\$ 7,7 bilhões.

JUSTIFICAÇÃO

* C D 2 3 7 3 8 2 3 7 9 7 0 0 *



Este requerimento tenciona o comparecimento do Senhor Carlos Roberto Lupi, Ministro da Previdência Social, para que preste esclarecimento sobre os indícios de “pedalada fiscal” do presidente Lula ao alterar, de forma artificial, a previsão de gastos com o INSS em 2023 para tentar encobrir um rombo de R\$ 7,7 bilhões.

Isto porque, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) alterou um dado no Orçamento de 2023 para reduzir artificialmente a previsão de gastos com INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e evitar, de última hora, uma pressão maior sobre as despesas logo no início do novo mandato. Documento obtido pela Folha por meio da Lei de Acesso à Informação mostra que a SPE (Secretaria de Política Econômica), vinculada ao Ministério da Fazenda, reduziu o valor do salário mínimo na grade de parâmetros dias após ter elaborado uma primeira versão com um piso maior, de R\$ 1.320 — valor prometido por Lula a partir de 1º de maio¹.

A adaptação da matriz permitiu manter o valor atual do salário mínimo (R\$ 1.302), possibilitando uma diminuição de R\$ 7,7 bilhões no dispêndio com benefícios previdenciários em comparação ao previsto no Orçamento. Isso reduziu o déficit projetado para o ano e afastou a possibilidade de precisar bloquear outros gastos. A manobra chamou a atenção da Diretoria do RGPS (Regime Geral de Previdência Social), vinculada ao Ministério da Previdência Social, responsável por calcular os gastos com aposentadorias e pensões do INSS.

Em comunicado informativo assinado na tarde de 21 de março - véspera da divulgação do relatório bimestral de receitas e despesas, documento exigido por lei que indica se há necessidade de bloqueio de recursos no ano - os técnicos do RGPS apresentaram os novos números com base no salário mínimo de R\$

¹ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/04/governo-alterou-dado-de-ultima-hora-para-cortar-artificialmente-gasto-com-inss.shtml>





1.302. No entanto, eles ressaltaram no texto que era "*necessário e relevante*" observar que os dados ficariam inconsistentes com a trajetória de gastos para os anos seguintes, projetada a partir do piso de R\$ 1.320 - conforme orientação dada 11 dias antes pela SPE, em 10 de março.

Conforme relatado pelos técnicos, a revisão das despesas do INSS atendeu a um email enviado pela Cofis-SOF (Coordenação de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal, vinculada ao Ministério do Planejamento) às 10h30 daquele mesmo 21 de março, "*de forma a considerar um salário mínimo de R\$ 1.302,00 por todo o ano*".

"É necessário e relevante observar que os dados referentes ao período 2024 a 2027 apresentados na Nota Técnica mencionada não estão consistentes com os dados de 2023 aqui enviados, uma vez que a série da despesa previdenciária é encadeada e as projeções foram elaboradas com base na Grade de Parâmetros da SPE/MF de 10/03/2023 que apresenta, para 2023, um valor de salário mínimo de R\$ 1.320,00", assevera a nota.

A matriz de parâmetros foi oficialmente publicada em 17 de março, contudo, a SPE apenas divulgou suas projeções para o aumento do PIB e para a inflação, sem mencionar o valor do salário mínimo. Dessa forma, a alteração na iminência do relatório permaneceu desconhecida até então.

De acordo com especialistas experientes, tal tipo de requisição é bastante atípico na rotina orçamentária, visto que os setores necessitam de um período prévio para elaborar adequadamente as projeções e os documentos pertinentes.

O Ministério da Fazenda afirmou que a Comissão Técnica de Gestão Orçamentária e Financeira (CTGOF) e a Junta de Execução





Orçamentária (JEO) decidiram que o novo valor do salário mínimo não deve ser incluído na matriz de parâmetros antes da publicação da medida provisória (MP) que oficialize o aumento adicional. A CTGOF é um grupo de técnicos do Ministério da Fazenda, do Planejamento e da Casa Civil que fornece subsídios para as discussões da JEO. A JEO, por sua vez, é formada pelos ministros Rui Costa (Casa Civil), Fernando Haddad (Fazenda), Simone Tebet (Planejamento) e Esther Dweck (Gestão) e tem poder de decisão.

A reunião da JEO para discutir a revisão do Orçamento foi realizada na manhã de 21 de março, o mesmo dia em que os dados foram alterados. O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, representou Haddad no encontro. A Fazenda negou que a mudança na matriz teve como objetivo evitar um bloqueio de despesas e afirmou que a alteração ocorreu por motivos técnicos e refletiu o posicionamento da JEO, visando apenas seguir o protocolo padrão.

O Ministério do Planejamento e Orçamento afirmou que o relatório bimestral foi elaborado com base em diretrizes fixadas pela JEO e considerou a despesa previdenciária projetada com base na matriz de parâmetros elaborada pela SPE/MF em 21/03/2023, cujo valor do salário mínimo previsto para 2023 é de R\$ 1.302,00, conforme diretrizes definidas pela referida junta para elaboração do relatório.

O Ministério da Previdência Social confirmou que a principal razão para a diminuição do gasto previsto com benefícios veio da diferença no valor do salário mínimo. A pasta afirmou que a diferença nas despesas da Previdência será alterada a partir da eventual aprovação de um novo valor para o salário mínimo.

A manobra no Orçamento para reduzir a despesa com a Previdência transmite uma ideia de baixa credibilidade do novo governo, segundo o economista Marcos Mendes, pesquisador





associado do Insper e colunista da Folha. Ele avalia que o governo está confiando que a receita vai aumentar e que as despesas subestimadas serão cobertas, mas questiona se isso é crível e se perpetua de 2024 em diante.

Ademais, há outras despesas represadas que podem impactar o Orçamento, como a indenização aos estados pelo corte nas alíquotas do ICMS sobre combustíveis, o auxílio financeiro a estados e municípios para bancar o novo piso da enfermagem e o custo com a chamada revisão da vida toda.

A revisão da vida toda foi aprovada pelo STF em dezembro de 2022 e é uma correção que permite aos segurados incluir no cálculo de aposentadorias, auxílios e pensões os valores de contribuições feitas antes de 1994, beneficiando quem tinha pagamentos maiores antes do início do Plano Real. Em março de 2022, o INSS estimou que o julgamento favorável aos beneficiários poderia gerar uma fatura de R\$ 120 bilhões em pagamentos retroativos, sem contar outras repercussões sobre o Orçamento da Previdência. O MPS confirmou que esse custo ainda não está contabilizado no Orçamento e disse que a discussão ainda está no campo jurídico.

A manobra do governo para reduzir as despesas com a Previdência tem gerado polêmica e desconfiança por parte de especialistas em contas públicas. O economista Marcos Mendes, por exemplo, afirmou que a estratégia do governo transmite uma ideia de "*baixa credibilidade*", já que os números foram torturados para chegar a um déficit de apenas 1% do PIB.

Mendes ressalta que o governo está contando com a possibilidade de aumento de receita e com a cobertura das despesas subestimadas, mas questiona se essa estratégia é crível e se pode ser mantida nos próximos anos. Além disso, outras despesas represadas podem impactar o Orçamento, o que pode





tornar ainda mais difícil a situação fiscal do país.

Portanto, é importante que as questões sobre as pedaladas fiscais do governo sejam esclarecidas de forma oficial. O requerimento apresentado visa justamente desanuviar as dúvidas decorrentes de posições contraditórias dentro do próprio governo e esclarecer as questões relacionadas à manipulação dos números no Orçamento.

Destarte, diante dessas questões, apresentamos este requerimento para esclarecer oficialmente as supostas "*pedaladas fiscais*" do presidente Lula ao alterar, de forma artificial, a previsão de gastos com o INSS em 2023 para tentar encobrir um rombo de R\$ 7,7 bilhões.

Sala da Comissão, em _____ de _____
de 2023.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO



* C D 2 3 3 7 3 8 2 3 7 9 7 0 0 *

